CAMARA MUNICIPAL DE PRANCHITA - PR.

ATA Nº 31/2018

Aos 11 (onze) dias do mês de junho ano de dois mil e dezoito (2018) às 18:00 horas, na Sede da Câmara Municipal de Pranchita-PR reuniram-se em sessão ordinária, os Vereadores João Emanuel Freddo, Daniel Souza da Luz, Gilmar Ferreira, Oliveto Luiz Gnoatto, Luci Maria Faquinello Prigol, Adelar Gilvani Radaelli, Darlei Forcelini Ciesca, Ademir Saugo e Adelino Ohse, verificando-se o livro de presenças, nele se constatou a presença unânime. Foi então pelo Presidente, o Vereador João Emanuel Freddo, que convocou os presentes para de pé e, após ter sido feita a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada pelo Vereador Daniel Souza da Luz, o Presidente em nome do Poder Legislativo de Pranchita/PR, deu por abertos os trabalhos. Que inicialmente foi lida a Ata nº 30/2018, a qual foi aprovada por unanimidade do plenário na sua originalidade. Em seguida foi lido o Projeto de Lei nº 11/2018, o qual dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do Município de Pranchita, Estado do Paraná, da Administração Direta e Indireta, para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências, após o projeto receber parecer favorável das comissões competentes, foi posto em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade do plenário em primeira sessão. Em seguida foi lido o Projeto de Lei nº 14/2018 o qual autoriza o poder Executivo Municipal a contribuir mensalmente com a entidade de representação dos Municípios na esfera federal, sendo entregue para comissão de Obras e Serviços Públicos para parecer a qual ficou com vistas. Na sequência foi lido o ofício nº 135/2018, o qual encaminha os Projetos de Lei nº 16, 17 e 18/2018. Ato contínuo foi lido o Projeto de Lei nº 16/2018, o qual Dispõe sobre a implantação do Programa de Guarda Temporária subsidiada para Crianças e Adolescentes em situação de risco social, denominado Programa Família Acolhedora no Município de Pranchita, e dá outras providências, sendo entregue para a Comissão de Justiça e Redação para parecer, a qual ficou com vistas. Em seguida foi lido o projeto de Lei nº 17/2018, segundo o qual Fica o Poder Executivo autorizado a implantar o Programa "Aluguel Social" e dá outras providências, sendo entregue para a Comissão de Justiça e Redação para parecer, a qual ficou com vistas. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 18/2018 o qual Cria o Programa de Alimentação Familiar e autoriza a Doação de Cestas Básicas às famílias de baixa renda e dá outras providências legais, sendo entregue para a Comissão de Justiça e Redação para parecer, a qual ficou com vistas. Ao final, foram lidas a correspondências recebidas e expedidas. Como mais nada havia de se tratar foi encerrada a presente, sessão, ficando para lavrar a ata que vai assinada pelos presentes.